

# Justiça cobra Câmara de SP sobre final de CPI habitacional

TJ paulista deu prazo de cinco dias para explicações sobre relatório apresentado

A Justiça de São Paulo determinou que a Câmara Municipal da capital apresente esclarecimentos, em até cinco dias, sobre a condução e a conclusão da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou supostas fraudes envolvendo imóveis de habitação social na capital paulista. A decisão ocorre após questionamentos feitos por parlamentares da oposição, que apontam possível falta de transparência e alegam que o encerramento dos trabalhos ocorreu de forma acelerada.

A ação judicial foi motivada por um pedido protocolado por vereadores que contestam a tramitação da comissão e a aprovação do relatório final. Segundo os autores da ação, etapas consideradas importantes para a apuração dos fatos teriam sido concluídas sem o tempo necessário para análise detalhada de documentos e depoimentos reunidos durante a investigação.

A CPI foi criada para investigar denúncias relacionadas a irregularidades em empreendimentos destinados à moradia popular. Entre os pontos analisados estavam suspeitas de uso indevido de programas habitacionais, possível atuação irregular de intermediários e indícios de fraudes documentais envolvendo os beneficiários verdadeiros de imóveis sociais.

Ao longo dos trabalhos, a comissão realizou oitavas, coletou documentos e ouviu representantes do setor público, empresas e pessoas ligadas aos programas habitacionais investigados. O relatório final aprovado pela maioria dos integrantes da CPI sugeriu encaminhamentos a órgãos de controle e medidas administrativas relacionadas aos fatos apurados.

Vereadores de oposição, porém, afirmam que a conclusão da investigação ocorreu sem debate suficiente entre os



Comissão foi criada para investigar possíveis fraudes e denúncias em moradias populares

membros da comissão. Segundo eles, pedidos de diligências adicionais e requerimentos para aprofundamento das apurações teriam sido rejeitados ou deixados de lado pela CPI antes da votação do parecer final.

Na decisão, a Justiça solicita informações da Câmara sobre o procedimento adotado durante os trabalhos da CPI e sobre os critérios utilizados para o encerramento das atividades. O Judiciário também quer esclarecimentos a respeito da tramitação interna da comissão e das alegações apresentadas pelos parlamentares que questionam o resultado da investigação.

A Câmara Municipal deverá encaminhar as informações dentro do prazo estabelecido. Após a manifestação do Legislativo paulistano, o caso voltará a ser analisado pela Justiça, que poderá decidir sobre eventuais medidas relacionadas ao funcionamento da comissão.

O episódio amplia a disputa política em torno da CPI, instalada em meio a denúncias envolvendo o acesso a moradias populares em São Paulo. Desde o início dos trabalhos, parlamentares divergiram sobre o alcance das investigações e sobre a condução das reuniões da comissão de Inquérito.

Enquanto integrantes da base governista defendem que a CPI cumpriu seu objetivo de reunir informações e encaminhar providências aos órgãos competentes, vereadores contrários ao relatório afirmam que ainda haveria pontos pendentes de apuração. Eles sustentam que a investigação deveria continuar na Câmara antes da apresentação das conclusões finais.

As CPIs municipais têm poderes de investigação semelhantes aos das autoridades judiciais, podendo convocar testemunhas, requisitar documentos e solicitar informações

de órgãos públicos. Apesar disso, os relatórios produzidos pelas comissões não resultam automaticamente em punições, servindo como base para encaminhamentos ao Ministério Público de São Paulo e outros órgãos responsáveis por eventuais responsabilizações.

A decisão judicial ocorre em um momento de forte debate na cidade sobre políticas habitacionais e fiscalização de programas sociais na capital paulista. O tema vem sendo acompanhado por diferentes setores políticos e entidades ligadas à moradia, diante do impacto das denúncias sobre beneficiários e sobre a gestão de empreendimentos habitacionais por parte das construtoras por órgãos públicos.

Até o momento, não havia definição sobre possíveis mudanças no relatório aprovado pela CPI nem sobre eventual retomada dos trabalhos.

# Receita avalia apreender R\$ 300 milhões em operação no bairro do Brás no centro

Reprodução/Redes Sociais/Shopping 25

A Receita Federal informou nesta terça-feira (19) que a megaoperação realizada no Brás, na região central de SP, pode resultar na apreensão de cerca de R\$ 300 milhões em mercadorias consideradas irregulares. A estimativa foi divulgada um dia após a interdição de dois grandes centros comerciais populares da região, alvos da ação de fiscalização iniciada segunda (18).

As equipes seguem atuando dentro dos empreendimentos para identificar produtos sem comprovação de origem, itens importados de forma irregular e mercadorias suspeitas de falsificação. A expectativa do órgão é de que o volume apreendido esteja entre os maiores já registrados em operações recentes no comércio popular da capital.

Os alvos da operação foram o Shopping 25 Brás e o Stunt, conhe-

cidos pelo intenso fluxo de atacadistas e compradores vindos de diferentes estados do país. Os espaços permanecem fechados enquanto fiscais realizam a triagem de produtos e analisam documentos relacionados às lojas e depósitos instalados dentro dos centros comerciais.

Segundo a Receita Federal, a operação mobiliza dezenas de servidores e faz parte de uma força-tarefa voltada ao combate do descaminho, contrabando e comercialização de produtos falsificados. Durante as inspeções realizadas desde segunda-feira, agentes encontraram mercadorias escondidas em compartimentos improvisados, atrás de paredes falsas, sob pisos e em áreas adaptadas dentro dos boxes.

Entre os itens identificados pelas equipes estão roupas, eletrônicos, acessórios e produtos esportivos.



Shoppings 25 Brás e Stunt deverão permanecer fechados

Parte da carga apreendida inclui camisetas e artigos ligados à Copa do Mundo de 2026, além de mercadorias sem nota fiscal ou sem identificação de importação regular.

A Receita também apura pos-

síveis conexões entre o comércio irregular e outros crimes financeiros. As investigações incluem suspeitas de lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e uso de empresas de fachada para movimentação de produtos

importados ilegalmente.

A continuidade da operação provocou novo impacto na movimentação do Brás nesta terça-feira. Com os centros comerciais ainda interditos, lojistas, funcionários e compradores enfrentaram ruas mais vazias que o habitual em uma das regiões de comércio popular mais movimentadas do país.

Muitos comerciantes afirmam que seguem sem acesso aos estoques armazenados nos boxes fechados. Parte dos lojistas teme prejuízos financeiros causados pela paralisação das vendas, especialmente em um período de forte movimento no comércio atacadista.

A Receita Federal informou que o trabalho de fiscalização deve continuar pelos próximos dias e não descarta ampliar as ações para outros empreendimentos da região.